

CLIENTE: CBH-DOCE
VEÍCULO: Hoje em Dia
DATA: 11/11/2015

[Leia reportagem completa](#)

11/11/2015 18:39 - Atualizado em 11/11/2015 18:39

Comitês se reúnem em Valadares para cobrar revitalização do rio Doce

Ricardo Rodrigues - Hoje em Dia



DIVULGAÇÃO/WHATSAPP



Uma semana após o rompimento de duas barragens de rejeitos operadas pela Vale S/A em Mariana, na região Central, representantes de 10 comitês de bacias hidrográficas do rio Doce e seus afluentes (em Minas Gerais e no Espírito Santo) vão se encontrar em Governador Valadares, para cobrar apoio do governos federal e estaduais para a revitalização do Rio Doce. Na reunião desta quinta-feira (12), convocada pela Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC) do CBH-Doce, serão avaliados os impactos e também será traçado um plano de ações para o enfrentamento da degradação ambiental e para a normalização do abastecimento público de água potável.

"Com a extensão dessa tragédia, temos de intensificar as ações de revitalização do Rio Doce, mas só com o dinheiro advindo da cobrança pelo uso da água não é possível fazer quase nada. Queremos que o governo federal e os governos

de Minas Gerais e do Espírito Santo disponibilizem mais recursos", afirmou a presidente do CBH Rio Suaçuí e da CTGEC do CBH Doce, Luciane Teixeira Martins. "Na pior crise hídrica em 84 anos, torcemos muito para o nível do rio (Doce) subir, mas agora ninguém pode beber essa água", disse. Estima-se o lançamento de 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração (suficiente para encher 20 mil piscinas olímpicas).

Segundo Luciane Teixeira, o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu, participará da reunião, além de representantes da Agência de Recursos Hídricos e do Instituto de Meio Ambiente do Espírito Santo; técnicos da Copasa, Instituto Mineiro de Gestão de Águas (Igam) e do Núcleo de Emergências Ambientais e Eventos Críticos da Secretaria de Meio Ambiente (Semad) e da Defesa Civil dos municípios afetados pelo tsunami de lama tóxica. Na reunião, serão apresentadas as análises dos sedimentos presentes no Doce, colhidas nas cidades de Aimorés, Baixo Guandu (ES), Governador Valadares, Belo Oriente e outras, afetadas pela lama que inviabilizou a captação de água para o abastecimento público.

Na semana passada, a CTGEC emitiu alerta aos serviços de abastecimento de água sobre prováveis alterações temporárias nas características da água bruta. Orientou que fosse interrompida a captação no rio durante a passagem da onda de lama tóxica, para ser retomada após confirmação, através de análises químicas, da potabilidade da água. Por enquanto, as análises feitas revelaram que a qualidade da água ainda medida.

Luciane Teixeira disse ainda que o CBH-Doce, como órgão articulador de todos os setores, não tem o papel de multar a empresa mineradora. "Quem pode multar a Vale é o governo do Estado e as prefeituras, através dos órgãos licenciadores e fiscalizadores. Esperamos que uma vez avaliados os danos causados à população atingida, à flora, à fauna e aos proprietários rurais, o poder público aplique as multas cabíveis. O Ministério Público também pode impor sanções e reparação de danos", assinalou.

REFORÇO

Uma equipe da ANA chega nesta quinta a Governador Valadares para reforçar os trabalhos de monitoramento na região. Um helicóptero do Ibama também reforça a equipe de emergências ambientais do órgão, que acompanha os efeitos do rompimento da barragem de Fundão e o transbordo da barragem de Santarém, para auxiliar no resgate de pessoas, animais e no monitoramento do curso-d'água. Nos locais atingidos pela lama concentrada, um dos impactos esperados é a mortandade de animais, terrestres e aquáticos, por asfixia. No Rio Doce, segundo o Ibama, onde a pluma chega mais diluída, poderá ocorrer mortandade de peixes devido a impactos no sistema respiratório.

Para o presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce), Leonardo Deptulski, a reunião em Governador Valadares "será a primeira de uma série de reuniões para enfrentar essa questão que tem uma gravidade extrema e vai provocar mudanças significativas no processo de reservação de rejeitos para que eventos como esses não repitam mais".